

CORREIO POLÍTICO

Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil



Reflexo da polarização: um Senado fortemente dividido

A dura disputa pelo Senado

Comentávamos por aqui na edição de segunda/terça-feira (20 e 21) como ainda há aspectos incertos com relação às eleições de outubro. O que as pesquisas mostram hoje é uma disputa acirrada entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que tenta a reeleição, e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) como seu principal adversário. Os últimos levantamentos apontam leve vantagem de Flávio Bolsonaro em um eventual segundo turno, mas sempre com empate dentro da margem de erro. Essa incerteza se reflete também em outra disputa importante: as escolhas para o Senado. Embora a oposição ao governo Lula apareça hoje com vantagem segundo as pesquisas mais recentes, essa vantagem é muito pequena.

Divisão do país reflete-se nas escolhas

O que o quadro hoje aponta é que quem quer que seja eleito não terá vida fácil entre os senadores. A polarização do país reflete-se nas escolhas para o Senado, de acordo com as pesquisas mais recentes em cada estado. Por esses levantamentos, a oposição declarada ao atual governo Lula elegeria até 23 senadores. Mas os que declaradamente o apoiam não ficariam muito atrás, podendo eleger até 17 senadores.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Manuela D'Ávila: exemplo de surpresa

Ninguém terá uma maioria clara

Esse cenário aponta que ninguém terá uma maioria clara no Senado, considerando-se o terço de senadores que continuarão e os dois terços que serão eleitos agora. Com esse cenário, dificilmente a oposição conseguirá concretizar o plano que tinha de aprovar processos de impeachment contra ministros do Supremo Tribunal Federal. Não terão os dois terços necessários. Mas o cenário atual aponta que o presidente eleito, quem quer que seja, terá muita dificuldade de aprovar sua pauta de projetos. O quadro de divisão produzirá provável tensão.

Supresas em estados conservadores

Há algumas surpresas nos levantamentos em estados que eram tido como conservadores, ou que votaram em Jair Bolsonaro em 2022. A ex-deputada Manuela D'Ávila (Psol), por exemplo, lidera as intenções de voto no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, os levantamentos apontam pelo menos um nome aliado do governo, Simone Tebet (PSB) ou Marina Silva (Rede).

POR
RUDOLFO LAGO

Rio de Janeiro

O Rio, apesar da liderança de Eduardo Paes (PSD) para o governo, pode eleger dois senadores de oposição, caso o ex-governador Claudio Castro (PL) esteja elegível – o outro nome seria Marcelo Crivela (Republicanos). Se Castro sai da disputa, as chances se voltam para a deputada Benedita da Silva (PT).

Minas Gerais

Minas Gerais pode ser outro caso de bancada dividida, com um nome governista e outro de oposição. Lidera os levantamentos a prefeita de Contagem, Marília Campos (PT). Em seguida, vem o opositorista Carlos Viana (Podemos), que foi o relator da CPMI do INSS. Seu relatório era fortemente opositorista.

Bahia

A Bahia pode eleger dois senadores governistas: o atual líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT) e o ex-ministro da Casa Civil Rui Costa (PT). Pernambuco também, com Marília Arraes (PDT) e Humberto Costa (PT). Mas o Piauí, que era fortemente governista, pode eleger um nome de oposição.

Piauí

Há boa chance de eleição, segundo as pesquisas, de Marcelo Castro (MDB), que tem viés governista. Mas também aparecem bem posicionados Júlio Cesar (PSD), que é independente, e o presidente do Progressistas, Ciro Nogueira. Há informações de que Ciro tentou se reaproximar de Lula, mas, em princípio, é oposição.

Ceará

O Ceará, com a liderança de Ciro Gomes (PSDB) para o governo, vive situação curiosa. Lidera para o Senado o irmão de Ciro, Cid Gomes (PSB) que, em princípio, é aliado de Lula e diz que fará oposição local à candidatura de seu irmão ao governo. O segundo nome nas pesquisas é opositorista, Capitão Wagner (União).

DF

Uma pesquisa do Instituto Veritá do dia 24 de março já mostra os possíveis estragos do escândalo do Banco Master e do BRB no Distrito Federal. O ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) já não aparece à frente, e a bancada dividiu-se. As vantagens seriam de Michelle Bolsonaro (PL) e de Erika Kokay (PT).



Primeiro desafio de Guimarães é aprovar Jorge Messias

Na reta final, Guimarães busca votos para Messias

Sabatina está marcada para a próxima terça-feira

Por Gabriela Gallo

Ao assumir a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, o ex-deputado federal e agora ministro José Guimarães herdou desafios para tentar articular antes do início da campanha eleitoral. Dentre eles, está reforçar as negociações e articulações para que o advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, seja o novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).

A sabatina de Messias na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado está agendada para próxima terça-feira (28) e, se aprovado, seguirá para o plenário da Casa. Desde outubro de 2025, quando o ex-ministro da Suprema Corte Luis Roberto Barroso anunciou sua aposentadoria antecipada do Tribunal, o STF vem atuando com dez ministros, um a menos.

Apesar dos documentos oficializando a indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o cargo terem chegado ao Senado no começo do mês, o presidenta já tinha confirmado que indicaria Jorge Messias em novembro do ano passado, mais de cinco meses antes da sabatina do candidato. Na época, o processo foi interrompido por falta de acordo entre o governo e o presidente da Casa, senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), que preferia que o nome indicado

para assumir a vaga no Supremo fosse o ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSB-MG).

Para além de Alcolumbre, o nome de Jorge Messias enfrenta resistência de parlamentares da oposição por considerarem a indicação dele como uma “indicação política e ideológica” de Lula para a Suprema Corte, como foram consideradas as indicações de Cristiano Zanin e Flávio Dino. Para assumir a cadeira que falta no STF, o advogado-geral da União precisa de ao menos 14 votos favoráveis na CCJ e 41 votos no plenário. O relator da indicação é o senador Weverton Rocha (PDT-MA) que já apresentou seu parecer favorável à indicação de Messias na comissão.

Apesar de o nome de Jorge Messias ter chegado ao Senado com as negociações da ex-ministra de Relações Institucionais Gleisi Hoffmann, é na aprovação do nome de Messias que entra José Guimarães.

“Nós vamos dialogar muito com o presidente do Senado para dissipar os desentendimentos. Vamos trabalhar, primeiro na CCJ e depois no plenário. O pior já passou”, disse Guimarães, que reforçou que desde que está “com o diálogo muito forte com Alcolumbre”, disse Guimarães.

“O que vai resolver isso é diálogo, esse é o meu papel, a relação que eu tenho com o Congresso, é dialogar com todos, procurando sempre o melhor para o Brasil”.